

Transição Territorial

O "Interior" do país, mais recentemente também designado "Território de Baixa Densidade", tem sido alvo de discussão e referência ao longo de diversos Congressos do Partido Social Democrata e através de diversas Propostas Temáticas.

As referências invariavelmente têm vindo a reivindicar a necessidade de uma maior coesão, justiça e sustentabilidade territorial, tendo como maior evidência a diferença deste território para com o "Litoral" no que diz respeito aos indicadores de desenvolvimento social e económico, o investimento público, a existência de infraestruturas, a presença de serviços do estado ou a população residente.

Ao longo dos anos, temos observado a ineficácia das reivindicações que, embora pertinentes e válidas, têm sido manifestamente insuficientes para o combate às desigualdades, que cada vez mais se acentuam. A promoção da coesão tem-se esgotado na retórica de circunstância, dentro e entre Congressos, e o desequilíbrio do país acelera-se com efeitos nefastos para todos, independentemente do território onde habitem.

Há uma tendência semântica, que tem vindo a ser acentuada, sobre a desvalorização do "Interior" e não raras vezes em caracterizar e representar este território com um retrato deprimente, de uma terra quase despovoada, com menor qualidade de vida, onde falta quase tudo e em permanência mão estendida ao Estado da Nação, para que lhe seja dado algum apoio ou subsídio para fazer face às tamanhas necessidades.

Este discurso pessimista e pouco ambicioso, divisionário entre "Interior" e "Litoral" e promotor de um ambiente de investimento público assente numa visão subsidiária, não tem contribuído para uma discussão séria e responsável sobre as assimetrias territoriais.

Todos os territórios são detentores de recursos e de potencial próprio, torna-se necessário, assim, uma reflexão diferente, mais otimista e ambiciosa, sobre o verdadeiro Valor do "Interior" de Portugal.

O Valor do Interior

Podemos começar esta reflexão com a definição do que é afinal o "Interior". O conceito de "Interior" e toda a carga negativa em termos de desenvolvimento que lhe é associada está profundamente enraizado no imaginário português. Uma alteração conceptual implica fazer uma atualização da realidade.

Num mundo cada vez mais global, sem fronteiras, com a integração plena de Portugal na União Europeia e com a enorme evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação não

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

faz sentido medirmos o grau de interioridade de um território em função da sua distância física aos grandes centros de poder ou concentrações urbanas.

Simultaneamente, não será justo que a densidade populacional possa por si só definir o grau de interioridade desse mesmo território. Com este critério teríamos em Portugal territórios do imaginário "Interior" dentro do próprio imaginário "Litoral".

Urge a criação de um modelo dinâmico com novos critérios que ajudem a definir quais os territórios com maiores assimetrias de desenvolvimento socioeconómico.

Desenvolvimento Sustentável

A relação do homem com o território tem sofrido mudanças que acompanham o próprio desenvolvimento da sociedade, principalmente no que diz respeito a questões de ordem económica, cuja relação esteve sempre dependente das circunstâncias da economia mundial, nacional e local.

Os efeitos das alterações climáticas, já evidentes ao dia de hoje, têm obrigado a uma reflexão profunda sobre a necessidade de se criar uma conciliação entre o homem e o território na promoção de um desenvolvimento sustentável, que simultaneamente promova a qualidade de vida das pessoas com a gestão eficiente dos recursos naturais, a redução da poluição do planeta, a conservação da natureza e a promoção da biodiversidade.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2015. Trata-se de um compromisso global, de natureza universal e inclusiva, com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que abrangem preocupações sociais, económicas e ambientais, transversais a todos os países. O ODS "10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países", assume objetivamente a importância do combate às assimetrias territoriais.

Demografia

Portugal possui territórios em evidente desequilíbrio demográfico, facto que tem colocado em causa a sua sustentabilidade.

As projeções apontam que Portugal, em 2070, tenha cerca de oito milhões de habitantes, uma redução de 23% da população residente face ao valor atual. A confirmar-se, corresponderá a um dos maiores decréscimos populacionais da Europa. A população em idade ativa será a que sofrerá uma redução mais acentuada, na ordem dos 37%, correspondente a uma perda de 2,5 milhões de pessoas.

Este cenário vai ter repercussões em diversos setores de atividade económica e, face aos efeitos conjugados da redução da natalidade, do aumento da esperança média de vida e o consequente envelhecimento da população, colocam-se sérios desafios sociais.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

Os dados provisórios do Censos2021, divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, informam-nos que cerca de metade da população residente em Portugal está concentrada em apenas 31 municípios, acentuando-se desta forma os padrões de litoralização do país e concentração da população junto da capital, fenómenos muito acentuados nas últimas décadas.

A evolução demográfica da última década, ao nível municipal, permite concluir que os territórios localizados no interior do país são os que perdem população e que os municípios que registam um crescimento populacional estão situados predominantemente no litoral.

Perante estes factos acentua-se a necessidade de se assumir imperiosamente a demografia nos territórios como um dos maiores desafios do país.

Recursos Naturais

As conclusões do estudo da Fundação Calouste Gulbenkian "Limites Ecológicos: O Impacto Intergeracional do Uso de Recursos Naturais", divulgado no final de 2021, torna claro que Portugal ultrapassou os limites ecológicos em todas as categorias, sendo as "áreas de maior preocupação as emissões de gases com efeitos de estufa, a produção de resíduos, a poluição da água e do ar, que se encontram bastante acima do limite, e/ou com uma taxa de crescimento pronunciada."

Os limites de sustentabilidade dos ecossistemas já foram ultrapassados e estamos perante o período da história com o mais rápido declínio da biodiversidade. O combate às alterações climáticas não pode ser realizado e dissociado de uma verdadeira promoção e proteção da biodiversidade.

O contributo dos territórios para o ecossistema nacional é diferenciado, sendo que os territórios do imaginário "Interior", através do seu vasto património natural, têm contribuído ao longo dos anos para o interesse nacional. Este contributo, que se traduz num serviço ambiental ao país, não tem vindo, no entanto, a ser quantificado, valorizado ou remunerado.

Temos de avançar para a concretização de um conceito inovador de remuneração dos serviços dos ecossistemas, que permita a compensação justa dos territórios que mais contribuem para a promoção da biodiversidade.

É também nos territórios do imaginário "Interior" que estão concentrados recursos naturais únicos e essenciais para as pessoas, empresas e para a implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável no país. Uma vez mais, estamos perante um ativo natural à disposição do interesse nacional, que deve ser considerado e valorizado no combate às assimetrias territoriais.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563

Transição Territorial

O mundo vive em constantes mutações, com transformações a uma velocidade cada vez mais acelerada. Torna-se imperativo a identificação de novas políticas para a resolução dos problemas e desafios de sempre. O conceito de transição tem sido utilizado para abordagens que impliquem mudanças estruturais em determinadas áreas. São exemplo disso a transição energética, climática, digital, ecológica ou justa.

Chegou a vez de assumirmos a coesão do território como uma prioridade nacional, através da criação e implementação da **Transição Territorial**, que permita uma mudança estrutural na relação do homem com o território, capaz de produzir um desenvolvimento sustentável de Portugal e contribuir para a melhoria da qualidade de vida de cada português, independentemente do local onde nasça, estude, trabalhe ou habite.

A **Transição Territorial** deverá rever e atualizar os indicadores de desenvolvimento dos territórios, criar um mecanismo de medição justa e dinâmica do valor e contributo económico e ecológico de cada território, definir Objetivos de Desenvolvimento Territorial, constar na lista de prioridades na definição de políticas públicas nacionais, em estreita colaboração com as entidades regionais e locais, e estar materializada num Plano de Ação com dotação própria proveniente do Orçamento do Estado.

Primeiro Subscritor:

Bruno Miguel de Moura Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Militante: 152563